



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO  
DEPARTAMENTO DE ANÁLISE DE ATOS NORMATIVOS

**DESPACHO n. 00201/2021/DENOR/CGU/AGU**

**NUP: 00400.001042/2021-98**

**INTERESSADOS: SENADO FEDERAL**

**ASSUNTOS: ATOS ADMINISTRATIVOS. Requerimento nº 649/2021-CPIPANDEMIA.**

1. Em resposta ao Despacho nº 00069/2021/ASPAR/AGU da Assessoria Parlamentar desta Advocacia-Geral da União (seq. 2), informo que, verificado no âmbito deste Departamento de Análise de Atos Normativos da Consultoria-Geral da União e consultada a Secretaria-Geral de Consultoria, foram encontrados os documentos que seguem em anexo e que visam atender o Requerimento nº 649, de 2021, aprovado no âmbito da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia do Senado Federal, no qual se requerer, *"nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, combinado com o art. 2º da Lei nº 1.579/1952 e o art. 148 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhada, pelos órgãos listados a seguir - entre eles, a Advocacia-Geral da União -, toda a documentação referente ao processo de elaboração da Medida Provisória nº 1026, de 06 de janeiro de 2021."*

2. Os documentos em anexo são os seguintes:

I - cópia do Número Único de Protocolo (NUP) 00688.001332/2020-81, Processo Administrativo no qual consta versão versões anteriores e final da Proposta de Medida Provisória que redundaram na edição da Medida Provisória nº 1.026, de 6 de janeiro de 2021, bem como manifestações jurídicas desta Advocacia-Geral da União analisando a última versão;

II - cópia do NUP 00400.000328/2021-56, Processo Administrativo, referente à análise por esta Advocacia-Geral da União do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2021 (Medida Provisória nº 1026, de 6 de janeiro de 2021), submetido à sanção presidencial, que *"Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas e de insumos e à contratação de bens e serviços de logística, de tecnologia da informação e comunicação, de comunicação social e publicitária e de treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19."*;

III - cópia do e-mail deste Diretor do Departamento de Análise de Atos Normativos desta Consultoria-Geral da União da Advocacia-Geral da União enviado, em 23 de dezembro de 2020, ao Dr. Heitor Freire de Abreu da Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil da Presidência da República, encaminhando, em anexo, as manifestações desta Advocacia-Geral da União acerca da versão de 23 de dezembro de 2020 da Proposta de Medida Provisória que *"Dispõe sobre medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos e serviços destinados à vacinação contra a Covid-19 pelo Poder Executivo Federal"*;

IV - cópia do Parecer nº 00208/2020/DENOR/CGU/AGU deste Diretor do Departamento de Análise de Atos Normativos da Consultoria-Geral da União, anexa ao e-mail mencionado no item III;

V - cópia do Despacho nº 01035/2020/GAB/CGU/AGU do Consultor-Geral da União Substituto, anexa ao e-mail mencionado no item III;

VI - cópia do e-mail deste Diretor do Departamento de Análise de Atos Normativos da Consultoria-Geral da União enviado, em 29 de dezembro de 2020, ao Secretário-Geral de Consultoria, Dr. Fabrício da Soller, e ao então Chefe de Gabinete do Advogado-Geral da União, Dr. Vinícius Brandão de Queiroz, repassando e-mail da Subchefia de Articulação e Monitoramento, que encaminha versão da minuta de Medida Provisória, apontada, a priori, como final, elaborada em reunião realizada na manhã do dia 29 de dezembro de 2020, e que dispõe sobre medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos e serviços destinados à vacinação contra a Covid-19 pelo Poder Executivo Federal, e informando, no referido e-mail, que o parecer do Departamento de Análise de Atos Normativos já estaria adiantado, bastando suprimir partes do parecer que analisavam disposições que foram excluídas da versão anterior e incluir análise sobre umas poucas disposições novas;

VII - cópia da minuta de Exposição de Motivos Interministerial nº 55/2020-DAPO/CGGM/GM/MS, datada de 29 de dezembro de 2020, e da minuta de Proposta de Medida Provisória que *"Dispõe sobre medidas*

*excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos e serviços destinados à vacinação contra a Covid-19 pelo Poder Executivo Federal*", anexa ao e-mail mencionado no item VI;

VIII - cópia do e-mail do Secretário-Geral de Consultoria, Dr. Fabrício da Soller, enviado em 4 de janeiro de 2021, às 14h09, ao Consultor-Geral da União, Dr. Arthur Cerqueira Valério, ao Subconsultor-Geral da União, Dr. Giordano da Silva Rossetto, e à então Diretora Substituta do Departamento de Análise de Atos Normativos desta Consultoria-Geral da União, Dra. Adriana Pereira Franco<sup>[1]</sup>, encaminhando a versão mais recente da minuta da Medida Provisória, resultado da reunião do dia 31 de dezembro de 2020, em relação à qual informava estavam presentes o referido Secretário-Geral de Consultoria e este Diretor do Departamento de Análise de Atos Normativos, e informando não ter notícias mais recentes sobre eventual alteração do texto ou necessidade de envio imediato de parecer, mas observando a necessidade de se ficar atento à questão;

IX - cópia da Exposição de Motivos Interministerial nº 55/2020-DAPO/CGGM/GM/MS, datada de 30 de dezembro de 2020, anexa ao e-mail mencionado no item VIII;

X - cópia da minuta de Proposta de Medida Provisória que "*Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária, treinamentos e outras necessidades para implementar a vacinação contra a Covid-19, e altera a Lei nº 14.065, de 30 de setembro de 2020.*", anexa ao e-mail mencionado no item VIII;

XI - cópia do e-mail da então Diretora Substituta do Departamento de Análise de Atos Normativos desta Consultoria-Geral da União, Dra. Adriana Pereira Franco, enviado em 4 de janeiro de 2021, às 14h55, ao Secretário-Geral de Consultoria, Dr. Fabrício da Soller, ao Consultor-Geral da União, Dr. Arthur Cerqueira Valério, e ao Subconsultor-Geral da União, Dr. Giordano da Silva Rossetto, agradecendo o envio das minutas de Exposição de Motivos e Proposta de Medida Provisória, e informando que conversou naquela data com a Dra. Maria Paula, colega que estaria acompanhando o tema na Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, e que ela teria dito que, por enquanto, ainda não estaria fechada a redação da Medida Provisória, mas que qualquer novidade informaria;

XII - cópia do e-mail do Secretário-Geral de Consultoria, Dr. Fabrício da Soller, enviado em 6 de janeiro de 2021, às 13h10, à então Diretora Substituta do Departamento de Análise de Atos Normativos desta Consultoria-Geral da União, Dra. Adriana Pereira Franco, encaminhando o que seria a versão final da Medida Provisória e informando que despacho com o Presidente da República ocorreu na manhã da referida data e que a Medida Provisória seria publicada, também na referida data, em edição extra do Diário Oficial da União;

XIII - cópia da mencionada Medida Provisória que "*Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.*", anexa ao e-mail mencionado no item XII;

XIV - cópia do e-mail do Secretário-Geral de Consultoria, Dr. Fabrício da Soller, enviado em 6 de janeiro de 2021, às 15h16, à então Diretora Substituta do Departamento de Análise de Atos Normativos desta Consultoria-Geral da União, Dra. Adriana Pereira Franco, encaminhando nova versão da Medida Provisória que "*Dispõe sobre as medidas excepcionais relativas à aquisição de vacinas, insumos, bens e serviços de logística, tecnologia da informação e comunicação, comunicação social e publicitária e treinamentos destinados à vacinação contra a covid-19 e sobre o Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a Covid-19.*"; e

XV - cópia da referida nova versão da Medida Provisória, anexa ao e-mail mencionado no item XIV.

3. Por fim, informo que foi consultada pela Assessoria Parlamentar desta Advocacia-Geral da União a Chefia de Gabinete do Advogado-Geral da União, que exercia tais funções à época da elaboração da Medida Provisória nº 1.026, de 2021, e foi informado a inexistência de outros documentos, incluindo e-mails, relativos ao objeto do Requerimento nº 649, de 2021.

Brasília, 29 de junho de 2021.

FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA  
Diretor do Departamento de Análise de Atos Normativos

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00400001042202198 e da chave de acesso b342258b

Notas

1. <sup>^</sup> - *O e-mail em questão foi dirigido à Substituta deste Diretor do Departamento de Análise de Atos Normativos, tendo em vista estar de férias.*

---

Documento assinado eletronicamente por FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 667340122 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FERNANDO LUIZ ALBUQUERQUE FARIA. Data e Hora: 29-06-2021 17:44. Número de Série: 50063811109718248234351647281. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---